

31 OUT 1985

Novo plano para os países endividados. Dívida 64

Durante dois dias, no seio do Institute of International Finance (IIF), 58 dirigentes de bancos internacionais (24 dos quais norte-americanos) discutiram exaustivamente a proposta apresentada em Seul pelo secretário do Tesouro norte-americano, sr. James Baker III. Pela proposta, pede-se aos bancos credores que, durante três anos, concedam novos empréstimos, no montante de 20 bilhões de dólares, aos 15 maiores devedores do Terceiro Mundo. O resultado da reunião, enunciado pelo presidente do IIF, não foi muito animador, pois, embora a proposta tenha sido aceita em princípio, sua aprovação ficou condicionada à obtenção de informes complementares e à satisfação de certas exigências por parte das autoridades monetárias de cada país credor. Não obstante, vieram à tona novas idéias, que talvez descerrem novas perspectivas.

A proposta do secretário do Tesouro norte-americano justifica-se plenamente quando se observa o declínio dos empréstimos líquidos concedidos pelos bancos aos 15 principais países devedores: 48,5 bilhões de dólares em 1981; 32,4 bilhões em 1982; 11,1 bilhões em 1983; 9 bilhões

em 1984; e, provavelmente, o valor negativo de 2,3 bilhões de dólares no presente exercício. Estes números mostram que os bancos receberam mais do que emprestaram a seus devedores.

O Plano Baker, que propõe um aporte líquido de 7 bilhões de dólares por ano, é, na realidade, pouco ambicioso e pretende, apenas, alterar a tendência atual, que causa preocupação. Os 15 países devedores têm uma dívida total de 427,5 bilhões de dólares, dos quais 64,4% são devidos a bancos privados, os quais aumentariam, portanto, sua *exposure* em apenas 7,3% no período de três anos. A dívida do Brasil com os bancos representa uma porcentagem bem mais elevada — de 72,2% —, que mostra ser nosso país muito dependente dessas instituições.

Alguns banqueiros europeus denunciaram o Plano Baker como uma tentativa demagógica, destinada apenas a aliviar o sistema bancário norte-americano. Na realidade, considerando-se que os bancos dos Estados Unidos são responsáveis por 34,2% dos empréstimos aos 15 países incluídos no Plano Baker, verifica-se que teriam grande responsabilidade em novos desembolsos.

Segundo recente estudo publicado pelo American Express Bank, os ativos dos bancos norte-americanos de 23 países em desenvolvimento, que estão em processo de reescalonamento, representavam 1,3 vez o capital dos bancos em 1982, porcentagem esta que, para os nove principais credores, chega a 200%. Hoje, a situação melhorou: os ativos representam 93% do capital para todos os bancos e 148% para os nove maiores. Entretanto, a despeito dessa ligeira melhora, as instituições bancárias norte-americanas estão interessadas em promover uma mudança na regulamentação de seu país, visando, notadamente, à constituição de maiores provisões isentas de imposto.

Foi esta uma das condições apresentadas às autoridades monetárias norte-americanas na reunião do IIF, mas outros países teriam preferido obter garantias do Banco Central para os novos empréstimos. Não obstante, o resultado não pode ser considerado negativo. Com efeito, já se esboça uma mudança de atitude na conduta dos bancos credores, que parecem dispostos a assumir maiores encargos, desde que sejam amparados por seus respectivos bancos

centrais. Os governos, para não aumentar o déficit público, recusam-se a aumentar a ajuda oficial aos países endividados. Os bancos, porém, têm liquidez: querem apenas certificar-se de que, diante de eventual estado de insolvência do devedor, obterão ajuda de seu Banco Central.

Pela primeira vez, aventou-se a idéia de constituir um superbanco, ou um fundo especial, que seria alimentado pelos bancos credores.

A presente evolução, muito interessante, deve redundar, com o tempo, numa solução política do problema da dívida, submetida porém aos mecanismos privados, com o monitoramento do FMI.

O Brasil não pode desinteressar-se da discussão em torno do Plano Baker, pois está empenhado em obter *new money*. A quantia em causa, que irá caber-lhe, é certamente reduzida, isto é, se os bancos aceitarem plenamente a proposta do secretário do Tesouro norte-americano. De qualquer modo, não se deve desprezá-la. É preciso não esquecer, porém, que os bancos só concederão empréstimos aos países que se disponham a seguir, sob a fiscalização do FMI, um programa de ajustamento interno da economia.

ESTADO DE SÃO PAULO